



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2020

Proposta de aditamento

Mapa de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 7.º)

Diversas alterações e transferências

45-A [Novo] – Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao montante de € 700 000, para a Agência Portuguesa do Ambiente, para a concretização da Avaliação Ambiental de Carácter Estratégico para a Prospecção e Exploração de Depósitos Minerais.

Assembleia da República, 27 de janeiro de 2020

Os Deputados,

Duarte Alves

Bruno Dias

João Oliveira

João Dias

Nota justificativa:

A valorização da produção nacional é fundamental para o progresso do país e para a melhoria das condições de vida da população.

A exploração de depósitos minerais é uma das actividades que contribuiu no passado para o desenvolvimento económico e que, na actualidade, continua a ser um dos sectores que pode, e deve servir, como motor de desenvolvimento e progresso.

Contudo, para que este papel seja pleno, é necessário que as actividades económicas se exerçam respeitando e assegurando o bem-estar das populações e a salvaguardando os valores ambientais em presença, prosseguindo no sentido da maior sustentabilidade, situação

que no passado foi muitas vezes negligenciada, dando origem a múltiplos passivos ambientais, alguns deles que aguardam ainda resolução.

Tendo presente que em 2019 deram entrada de 33 pedidos de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, e que destes, os que incluem o lítio, abrangem uma área de quase 700 000 hectares de terrenos (dados apresentados pela DGEG), é fundamental que as concessões que vierem a ter lugar adoptem as melhores práticas ambientais de modo a minimizar os efeitos negativos e a potenciar os positivos.

Auscultar as populações, manter o diálogo e integrar as diversas perspectivas sobre esta actividade é fundamental para que a mesma promova o real desenvolvimento territorial e humano, dissolvendo as preocupações e dúvidas que têm vindo a criar resistências ao exercício da prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais.

De modo igual, o respeito pelos valores ambientais naturais, pela “saúde ambiental”, é vital para assegurar o bem-estar global e a harmonia entre as diferentes potenciais actividades económicas e sociais.

Por isso, a realização dos estudos de avaliação ambiental alargada como os que o PCP propõe, o conhecimento da realidade concreta de âmbito nacional, o respeito pela participação das populações no processo de avaliação ambiental, serão o garante de que o desenvolvimento da actividade extractiva será realizado respeitando os direitos das populações e o ambiente.